

MERENDEIRAS COMO AGENTES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE DA COMUNIDADE ESCOLAR: POTENCIALIDADES E LIMITES

SCHOOL MEAL COOKS AS HEALTH EDUCATION AGENTS FOR SCHOOL COMMUNITY: POTENTIAL AND LIMITS

Carla Rosane Paz Arruda Teo¹, Francieli Regina Boroski Sabedot², Elisângela Schafer²

¹ Doutora em Ciência de Alimentos. Docente do Curso de Nutrição da Área de Ciências da Saúde da Universidade Comunitária da Região de Chapecó

² Acadêmica do Curso de Nutrição da Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Pesquisa financiada por meio do Fundo de Apoio à Pesquisa da Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

Correspondência: **Carla Rosane Paz Arruda Teo** (carlateo@unochapeco.edu.br)

RESUMO

O processo de ensino-aprendizagem permeia os múltiplos espaços da escola, podendo incluir a participação dos diversos atores da comunidade escolar. Este estudo objetivou conhecer o potencial das merendeiras para a educação em saúde e os entraves para a realização desse potencial. Foram entrevistadas 25 merendeiras das escolas estaduais de Chapecó-SC. Os dados foram analisados como Discursos do Sujeito Coletivo. Os resultados foram apresentados como perfil socioeconômico e demográfico, indicadores de trabalho, de inserção na escola e de percepção sobre o trabalho. Evidenciou-se que o potencial das merendeiras para a educação em saúde permanece inexplorado, contribuindo para isso a sua baixa qualificação, a desvalorização do trabalho, com foco operacional, e a pouca participação no contexto escolar. Como aspectos favoráveis surgiram a afetividade conferida pelas entrevistadas ao trabalho e aos alunos, o desejo de inserção na escola e o fato de serem membros da comunidade de entorno.

Descritores: Alimentação Escolar; Educação em Saúde; Promoção da Saúde.

ABSTRACT

The teaching-learning process permeates the multiple spaces in school, including the participation of various actors in school community. The objective of this study was to know the potential of school meal cooks for health education and the barriers to develop it. There were interviewed 25 school meal cooks of state schools in Chapecó-SC. Data were analyzed as Collective Subject Speeches. The results were presented as socioeconomic and demographic profile, indicators of work, insertion in school and perception about the work. It was shown the potential of school meal cooks for health education remains untapped, contributing to this their low qualification, the devaluation of the job, with operational focus, and small participation on school context. As positive aspects emerged the affection given by the interviewed people to job and to students, the desire for insertion in the school and the fact of being members of the community.

Keywords: Nutrition Policy; Health Education; Health Promotion.

INTRODUÇÃO

A alimentação escolar representa importante espaço para promoção da saúde e, além de oferecer uma parcela dos alimentos de que o escolar necessita diariamente, também pode e deve adquirir características de instrumento pedagógico, habilitando o aluno a intervir na própria realidade quando é percebido e explorado como espaço educativo¹.

Nesse cenário, novas possibilidades se abrem ao papel da alimentação escolar e remetem à outra questão: até que ponto a merenda, como é comumente denominada a refeição oferecida na escola pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ou outra refeição, como as que podem ser adquiridas nas cantinas escolares, representam atividades de apoio ao processo de ensino-aprendizagem? Ou, em outras palavras, até que ponto a alimentação escolar se constitui em um ato pedagógico a serviço da promoção da saúde?

No âmbito desta discussão, o Ministério da Educação publicou o documento "Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação: em cena, os funcionários da escola"², no qual está posta a concepção de que todos os integrantes da comunidade escolar são protagonistas do processo educativo, reconhecendo que todos os ambientes da escola são importantes espaços de ensino e de aprendizagem, onde acontecem significativos processos de comunicação interativa e de vivência coletiva, que colocam em cena os trabalhadores não docentes.

Na mesma direção, Nunes³ salienta que merendeiras e serventes desempenham um papel importante na educação que não se limita à preparação de alimentos e à higienização dos espaços. Essas trabalhadoras têm sensibilidade para outras dimensões da vida e possuem um conhecimento de ordem prática que deveria ser considerado no processo de formação dos escolares. São conhecimentos do senso comum, pouco valorizados, que deveriam se manter integrados ao currículo ensinado em sala de aula e que as tornam fundamentais na condição de trabalhadoras não docentes da educação e potenciais agentes de educação em saúde.

Conhecer o perfil desse grupo de trabalhadoras permite identificar o contexto em que estão inseridas para compreender em que medida se constituem educadoras em saúde,

seu potencial para tornarem-se agentes nesse processo e as necessidades para converter o potencial identificado em possibilidade concreta. Dessa forma, o objetivo desse trabalho foi conhecer em que medida as merendeiras de escolas públicas de Chapecó (SC) têm se constituído como agentes de educação em saúde e quais são as potencialidades e os limites que estão colocados para que se constituam como tais.

METODOLOGIA

Este foi um estudo exploratório de abordagem combinada (qualitativa e quantitativa), que representa um recorte de um projeto de pesquisa maior, intitulado "A Alimentação Escolar e a Promoção da Saúde no Oeste Catarinense". O trabalho foi desenvolvido com todas as merendeiras de escolas públicas estaduais da área urbana do município de Chapecó (SC), compondo um grupo de 25 sujeitos de pesquisa.

A construção do instrumento semiestruturado de pesquisa seguiu os procedimentos de Mesquita⁴, apresentando questões em quatro blocos: indicadores socioeconômicos e demográficos, indicadores de trabalho, de inserção no projeto da escola e de percepção acerca do próprio trabalho.

As merendeiras foram entrevistadas individualmente, entendendo-se que a entrevista é um recurso privilegiado que possibilita a compreensão de conteúdos fornecidos diretamente pelos sujeitos, permitindo captar a produção de sentidos e as representações dos grupos situados em um contexto histórico, socioeconômico e cultural específico⁵.

Os dados quantitativos foram descritos como frequências relativas para a composição do perfil do grupo. Os dados qualitativos foram analisados segundo o referencial do discurso do sujeito coletivo⁶. Para essa análise, após a transcrição das entrevistas gravadas, foi organizado um banco de dados no programa Qualiquantisoft®, a partir do qual foram identificadas as expressões-chave e as ideias centrais para cada fala dos sujeitos. As ideias centrais foram, então, categorizadas e para cada categoria foi construído um discurso coletivo.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unochapecó (parecer nº 212/2007), e as atividades de pesquisa respeitaram rigorosamente os preceitos éticos da Declaração de Helsinki e da Resolução nº 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Indicadores socioeconômicos e demográficos

Para compreender em que medida as merendeiras se constituem ou podem se constituir educadoras em saúde é fundamental traçar seu perfil, como um indicativo de suas limitações e potencialidades.

Observou-se que esse grupo é formado por mulheres (100%) com idade entre 41 e 50 anos (72%), casadas ou vivendo em união estável (56%), que tiveram entre um e três filhos (84%) e que vivem, atualmente, com companheiro e/ou filhos (96%) em núcleos familiares de duas a três pessoas (64%), em casas próprias e quitadas (76%) localizadas em ruas urbanizadas (72%), abastecidas de água encanada e eletricidade (100%), servidas por sistema de esgoto (48%) ou fossa séptica (52%). Além disso, moram a uma distância de até 1.000 m dos locais de trabalho (76%), para os quais se deslocam a pé (92%).

Recebem salários correspondentes a um e meio salários mínimos nacionais (68%), em famílias de renda mensal variando entre um e três salários mínimos (56%), e entre quatro e seis salários mínimos (36%), para cujo sustento contribuem ativamente (72%). Situa-se nas classes econômicas B2 (40%) e C1-C2 (48%), com escolaridade concentrada no ensino fundamental completo (64%) e incompleto (36%).

O acesso a meios de comunicação centra-se em TV (100%), rádio (96%) e internet (52%), e a opção de lazer predominantemente referida é a frequência a igrejas ou similares (92%).

O perfil socioeconômico e demográfico observado dessas trabalhadoras é bastante semelhante ao descrito anteriormente por Monlevade⁷ em um dos raros estudos sobre essa temática. Naquela ocasião, o autor concluiu que o grupo das merendeiras era formado basicamente por mulheres com baixo nível de escolaridade, recebendo também baixa remuneração pela função, vivendo em situação social vulnerável e exercendo, em muitos casos, o papel de provedor da família. O autor considerou que esse perfil era determinante de uma qualidade de vida inferior e com baixas expectativas de melhoria, tendo concluído que o trabalho era socialmente desvalorizado por não exigir alto nível de escolaridade e qualificação. Em outro estudo, Nunes³ foi além e concluiu que a desvalorização do trabalho da merendeira passa pela questão de gênero, uma vez que é

predominantemente feminino e exige habilidades manuais apreciadas, mas consideradas naturais das mulheres.

Partindo do pressuposto de que a merendeira é uma educadora em saúde em potencial, pode-se traçar um paralelo entre essa trabalhadora e o agente comunitário de saúde. Nessa lógica, observa-se que essas duas categorias compartilham um perfil bastante similar, com os agentes tendo sido caracterizados previamente como um grupo formado majoritariamente por mulheres, na faixa de 30 a 49 anos, que possuíam entre nove e onze anos de escolaridade, viviam com companheiro, tinham um ou dois filhos e uma renda *per capita* de um a dois salários mínimos, sendo moradoras das comunidades em que trabalhavam por, pelo menos, dez anos⁸. Desses agentes, inclusive, exige-se que sejam moradores das comunidades em que atuam, formando um elo entre a instituição que representam e a população com a qual compartilham o mesmo universo cultural e linguístico⁹.

Portanto, o perfil socioeconômico e demográfico das merendeiras nesse estudo, condizente com os achados de outros autores, indica uma baixa qualificação para o trabalho que, em consequência, é mal remunerado e socialmente desvalorizado, o que é uma limitação para que elas se constituam educadoras em saúde. Por outro lado, à semelhança do que caracteriza os agentes comunitários de saúde, as merendeiras moram nas imediações das escolas onde trabalham, o que aparece como uma potencialidade para o trabalho de promoção da saúde das comunidades em que estão efetivamente inseridas.

Indicadores de Trabalho

As merendeiras, nesta pesquisa, são mulheres que têm larga experiência na função, com pelo menos dez anos na atividade (56%). Têm carteira assinada (100%) como auxiliar de serviços gerais (92%), mas não recebem benefícios, como plano de saúde ou cesta básica (100%). Apesar disso, poucas possuem outra atividade remunerada (16%), sendo basicamente a de confeiteira, doméstica ou vendedora de roupas íntimas, o que também não implica maior qualificação e valorização.

Esse conjunto de indicadores reforça a desvalorização do trabalho das merendeiras, que, apesar da sólida experiência desenvolvida, continuam sendo percebidas como trabalhadoras de serviços gerais, o que descaracteriza a sua função. Além disso, o fato de serem contratadas pelas Associações

de Pais reveste o trabalho de um caráter doméstico, sugerindo ser desnecessário oferecer-lhes benefícios trabalhistas adicionais, a exemplo do que comumente ocorre nos contratos de servidoras domésticas. Nesse sentido, Monlevade⁷ definiu a atividade das merendeiras como um trabalho semi-doméstico.

Para aprofundar o conhecimento sobre as condições de trabalho, as entrevistadas foram indagadas a respeito de sua iniciação na atividade de merendeira, acerca do absenteísmo e sobre o tipo de qualificação que recebem para o trabalho. Os resultados dessa investigação são apresentados e discutidos a seguir na forma de discursos do coletivo de sujeitos entrevistados.

Inicialmente, as merendeiras foram questionadas sobre como iniciaram na atividade, e para essa questão, as respostas evidenciaram duas ideias centrais (IC), correspondendo a cada uma delas um discurso do sujeito coletivo (DSC):

IC A: Como merendeira (60%).

DSC: Minha filha estudava na escola, e eu fazia serviço voluntário. Aí, eu vim substituir a merendeira quando ela ficou de atestado. Quando ela saiu, fui chamada. Antes, eu trabalhava como doméstica e diarista.

IC B: Como servente (40%).

Eu estava procurando trabalho quando a minha filha me avisou que estavam precisando de servente na escola. Aí eu comecei. Depois, a merendeira se aposentou e eu fiquei até hoje.

Percebe-se, nessas falas, que a inserção da merendeira na escola se dá, principalmente, pelo fato de ela fazer parte da comunidade escolar, ou seja, a partir da sua condição de mãe de alunos ou de moradora da comunidade do entorno da escola. Nesse aspecto, fica reforçada a ideia de que a posição que a merendeira ocupa no espaço da escola é muito semelhante à do agente comunitário de saúde. A condição de integrante da comunidade na qual trabalha favorece o estabelecimento de vínculos entre os sujeitos e o conhecimento de suas necessidades, tornando o agente um elo entre o sistema de saúde e a comunidade¹⁰. Nessa perspectiva, a merendeira poderia materializar esse elo entre a escola e a comunidade no âmbito da promoção da saúde.

Também emerge de ambos os discursos uma associação do trabalho da merendeira com o trabalho doméstico, conforme já mencionado, o qual é

eminentemente feminino e não exige *a priori* qualificação maior, o que contribui para a desvalorização social dessa atividade. Além disso, percebe-se que as atividades de merendeira e de servente aparecem fortemente vinculadas, uma vez que ambas confundem-se com atividades domésticas, decorrentes de aprendizados que as trabalhadoras construíram naturalmente ao longo da vida.

As entrevistadas, a seguir, foram indagadas sobre o tipo e a frequência de treinamentos e capacitações que recebiam para o exercício da função. Nesse ponto, duas ideias centrais foram extraídas das falas, constituindo dois discursos coletivos:

IC A: Recebem treinamento anualmente, com foco técnico-operacional (92%).

DSC: Sim, já participei de vários cursos, todos os anos. Em média, um a dois por ano. São oficinas de conhecimentos, palestras, vídeos e outras atividades sobre a merenda, calorias dos alimentos, higiene, sobre como aproveitar os alimentos.

IC B: Recebem treinamento esporadicamente (8%).

DSC: Às vezes. Esse ano não participei de nenhum treinamento.

O primeiro discurso evidencia uma preocupação com a capacitação operacional das merendeiras para a preparação da alimentação escolar. Nesse sentido, Carvalho et al.¹¹ relataram que a realização de treinamentos voltados à produção e tendo a higiene como temática central é uma abordagem que está frequentemente vinculada à prática de qualificação das merendeiras para o trabalho. No entanto, os autores destacaram que a formação das merendeiras deve partir da definição de qual trabalhadora se quer formar para, de forma coerente, estabelecer os saberes e habilidades que elas precisam desenvolver.

Depreende-se, então, sem pretender entrar no mérito da consciência dos sujeitos sobre o fato, que o tipo de capacitação para o trabalho que tem sido oferecida às entrevistadas aponta para a formação de trabalhadoras manuais, operacionais, tarefas. Dessa forma, a partir de uma concepção de merendeira como agente de saúde da comunidade escolar, é fundamental que sejam discutidas novas possibilidades de capacitação em direção a uma formação humana integral.

Como mais um indicador de trabalho, as merendeiras foram questionadas sobre a

ocorrência de afastamento do trabalho por motivo de saúde. Para essa questão surgiram três discursos distintos:

IC A: Não houve afastamento (56%).

DSC: *Não, nem nesse ano e nem uma única vez nesses anos todos de trabalho.*

IC B: Houve afastamento por motivos potencialmente relacionados à atividade profissional (32%).

DSC: *Já fiquei algumas vezes afastada, por problemas de pressão alta e estresse, devido ao nervosismo e cansaço. Tive ameaça de infarto. Ano passado também fiz cirurgia de varizes e tive que ficar afastada mais de um mês. Outra vez foi problema de coluna, e complicações no meu pé. Ah, em 2007, tive LER e fiquei afastada seis meses.*

IC C: Houve afastamento por outros motivos (12%).

DSC: *Só quando fiz cirurgia de útero e para fazer exames de rotina. Também fiquei uma vez para ajudar a minha filha que tinha tido neném.*

Aqui, merece destaque o fato de que, embora a maioria das entrevistadas tenha informado que nunca se afastou do trabalho por motivo de saúde, um grupo razoável (44%) relatou afastamentos, e deste, grande parte (72,7%) por motivos potencialmente relacionados à atividade que desenvolve, entre os quais problemas ortopédicos, varizes, estresse e hipertensão. Esse quadro condiz com o que foi referido por Costa, Lima e Ribeiro¹², os quais afirmaram que, quando o número de merendeiras é insuficiente, pode-se gerar um desgaste físico superior ao suportável, comprometendo a saúde dessas mulheres.

Nesta pesquisa, foi observado que o número de merendeiras por escola é realmente insuficiente para as atuais demandas operacionais da função, havendo, de forma geral, uma em cada escola. Essa deficiência é suprida, nos momentos diários de pico, pelo compartilhamento de atividades entre merendeiras e serventes, todas contratadas como auxiliares de serviços gerais.

Também é relevante salientar os sentidos produzidos a partir do discurso vinculado à IC A, o qual evidencia certo orgulho da merendeira em afirmar que nunca precisou se afastar do trabalho. Essa fala pode sugerir um significado de vergonha do

adoecer, como se ele fosse decorrente de culpa da trabalhadora. Esse fato também foi observado por Nunes³ em estudo com as merendeiras e serventes no estado do Rio de Janeiro, quando foi relatado que as trabalhadoras que haviam adoecido eram percebidas como fracassadas. No mesmo estudo, médicos do trabalho informaram que merendeiras e serventes têm tempo de vida útil muito curto, desenvolvendo problemas crônicos de saúde de difícil tratamento dadas a precariedade e a natureza de suas condições de trabalho.

Indicadores de inserção no projeto da escola

Buscando conhecer em que medida a merendeira está inserida no projeto da escola, as entrevistadas foram indagadas sobre as atividades que desenvolvem nesse espaço, o que produziu dois discursos:

IC A: Atividades de limpeza e preparo de refeições (72%).

DSC: *Produzo o lanche dos alunos e dos professores, e ajudo a servente nas faxinas. Enfim, ajudo na limpeza, fico na cozinha, o que precisar eu faço.*

IC B: Atividades ligadas apenas ao preparo de refeições (28%).

DSC: *Fico só na cozinha. Faço o lanche e a limpeza só da cozinha.*

Percebe-se que as entrevistadas, na sua maioria, acumulam as tarefas de merendeira e de servente. Isso, além de representar uma sobrecarga de trabalho operacional que as desgasta e as indisponibiliza para outras percepções sobre seu papel na escola, ainda se coloca como uma contradição em relação ao foco dos treinamentos oferecidos a elas, que está indubitavelmente posto na questão higiênico-sanitária da produção de alimentação. Ressalte-se que, nessa perspectiva, as atividades de produção de alimentos e as de limpeza geral da escola não deveriam ser acumuladas pela mesma pessoa.

Além disso, o discurso ligado à IC A, especialmente o trecho *o que precisar eu faço*, deixa clara a percepção que as entrevistadas têm do próprio trabalho, limitada ao âmbito operacional. Os discursos também refletem baixa expectativa de qualificação e de envolvimento em outras atividades na escola para além do fazer (a comida, a limpeza).

Reforçando essa realidade, Trojan e Tavares¹³ observam que mesmo os profissionais não docentes de escolas públicas

que concluem a escolarização básica manifestam perda de trânsito no trabalho intelectual, em virtude da natureza operacional do trabalho que realizam no cotidiano escolar.

Dando continuidade à investigação de sua inserção na construção do projeto da escola, as merendeiras foram indagadas quanto à participação em reuniões na escola. Das respostas a essa questão foram extraídas três ideias centrais, cujos discursos foram:

IC A: Exclusão (48%).

DSC: Não participo porque não sou convidada, se fosse convidada gostaria. O pessoal do PNAE falou que nós precisamos participar das reuniões. Não temos com quem conversar, é bom esses trabalhos para desabafar. Mas só participo quando as reuniões são exclusivas para as merendeiras.

IC B: Inclusão (48%).

DSC: Sou convidada, e quando dá participo. Também participo das reuniões dos pais. Nas reuniões discutimos os problemas da escola, dos alunos, da cozinha.

IC C: Autoexclusão (4% das merendeiras).

DSC: Não participo, acho que não é importante, os assuntos são diferentes.

Um achado positivo deste estudo é o percentual de merendeiras que referem participar (48%), ou pelo menos serem chamadas a participar, de reuniões na escola. No discurso referente à IC B, inclusive, elas relatam que nessas reuniões são discutidos problemas da escola, demonstrando a percepção de que esses problemas lhes dizem respeito. Pontua-se que, novamente, elas relatam sobrecarga de trabalho quando afirmam que *quando dá participo* (das reuniões). Por outro lado, igual número de entrevistadas relatou uma condição de exclusão na escola (IC A). Interessante observar que estas têm consciência de que deveriam participar das discussões e até gostariam de participar, mas referem uma condição de abandono, de falta de oportunidades para compartilharem, entre outras coisas, suas angústias, ficando relegadas às reuniões do próprio grupo, sem voz, ou sem escuta. Observando situação similar, Nunes³ afirmou que é como se o lugar das merendeiras fosse uma espécie de senzala na escola.

Contudo, a fala mais preocupante é a da autoexclusão (IC C), na qual a entrevistada não chega a perceber a possibilidade e a necessidade de participar, reservando a si

própria os limites da cozinha e da limpeza, e chegando a relatar que nas reuniões da escola são discutidos *assuntos diferentes*. Esse discurso ratifica uma percepção sobre o próprio trabalho completamente descolada da função da escola.

Em suma, ao serem excluídas, as merendeiras não têm reconhecido o seu papel ou o seu potencial no contexto escolar. Ao excluírem a si próprias, aceitam essa condição. Situação semelhante foi descrita em pesquisa sobre o processo de trabalho dos agentes comunitários de saúde, em que os autores observaram que aqueles trabalhadores relatavam existir uma divisão técnica no ambiente de trabalho com subordinação da produção do trabalhador manual à do trabalhador intelectual, o que restringia a participação do primeiro nos processos decisórios ligados ao trabalho da equipe como um todo¹⁴.

Compreendendo que a inserção no projeto da escola é viabilizada a partir de relações interpessoais positivas, foi incluída na entrevista uma pergunta sobre o relacionamento das merendeiras com professores, diretores e outros funcionários da escola, diante da qual responderam majoritariamente que era bom (IC A), resultando no seguinte DSC: *O relacionamento é excelente, é dez, não tenho problema com ninguém, nem queixa de ninguém, tento tratar todos igualmente (92%)*.

Apenas um pequeno percentual das entrevistadas (8%) fez ressalvas à qualidade do relacionamento que mantinham dentro da equipe de trabalho (IC B), demonstrando percepção da necessidade de que sejam trabalhadas as tensões internas da equipe:

O relacionamento é bom, mas sempre tem algum atrito, né? Os pensamentos e atitudes são diferentes, não existe diálogo com algumas colegas... Uma vez tinha uma psicóloga para a equipe conversar, depois acabou.

Nesse ponto, fica clara a necessidade que as entrevistadas sentem de apoio para que possam superar as condições desfavoráveis e tensões características do trabalho em geral, exacerbadas pela precariedade de sua posição no cenário escolar. A própria situação de baixa escolaridade do grupo contribui para a dificuldade de lidar com as tensões internas da equipe e para limitar a disposição para o diálogo, sugerindo que o planejamento de capacitações deveria prever qualificação para o autoconhecimento e para o relacionamento

interpessoal, dentro de uma concepção de formação humana integral.

Na mesma direção, as merendeiras foram questionadas sobre a qualidade do relacionamento com os alunos e os pais, aspecto em que foram unânimes ao responder que é bom, embora o contato com os pais seja mínimo (IC A):

O relacionamento com os alunos é ótimo, sou meio mãe deles, é como se fossem meus filhos, chamo atenção e tudo. E eles, mesmo terminando os estudos, continuam me visitando, levando os filhos para eu conhecer. Com os pais é quase nada, muito pouco mesmo. Os pais que eu encontro, o relacionamento também é bom.

Fica evidente, nesse discurso, o vínculo afetivo que as merendeiras estabelecem com os alunos. Para que não restassem dúvidas do sentido que pretendiam dar à própria fala, referiram-se como sendo *meio mãe deles*. Essa comparação, além da afetividade que permeia a relação, também reflete pouca clareza de seu potencial para a educação, já que colocam a valoração do seu papel na imagem materna, que além de dar afeto também educa.

Já o relacionamento com os pais, segundo elas, é quase inexistente. Esse fato, embora coerente com a invisibilidade a que estão relegadas às merendeiras, não deixa de ser, em certa medida, surpreendente, uma vez que pais e merendeiras são, a princípio, vizinhos. Essa relação de proximidade física, já que as merendeiras residem, em sua maioria, nas imediações da escola, deveria favorecer o contato entre essas trabalhadoras e os pais dos alunos, numa ação recíproca em prol da promoção da saúde, não só dos escolares, mas de suas famílias e, por consequência, da comunidade em geral.

Indicadores de percepção sobre o próprio trabalho

Considerando fundamental conhecer a percepção que as merendeiras têm do próprio trabalho, perguntou-se às entrevistadas qual a importância da sua função na escola. Das respostas a essa questão emergiram quatro ideias centrais com os respectivos discursos:

IC A: Afetividade e percepção de provedora (32%).

DSC: Faço o lanche que os alunos gostam, com carinho, sem desperdiçar alimentos, fazendo com que eles se sintam bem. É através das minhas

mãos que as crianças se alimentam, é uma atividade que gosto de fazer, gosto de cozinhar, de estar em contato e alimentar as crianças. Isso é mais importante do que ser professora, né? Aqui é a minha segunda casa, se eu não estiver na escola, o lanche não vai ser preparado como deve ser.

IC B: Comer como necessidade fisiológica (32%).

DSC: Têm alunos que fazem dessa refeição a principal do dia, aí eu gosto, né, de servir as crianças e vê-las comendo. Sem o lanche as crianças não ficam, às vezes batem na porta da cozinha para saber o que vai ter de lanche, então a merendeira tem que ser valorizada e reconhecida. Esse trabalho é importante porque a maioria dos alunos vem para a aula com fome...

IC C: Compromisso com o fazer (20%).

DSC: Meu compromisso é com os lanches servidos. Se eu não venho, a servente me substitui, mas fica sobrecarregada para tudo, ninguém vai fazer o serviço dela. É a função mais importante que existe na escola, pois sem a merendeira quem vai fazer os lanches para as crianças?

IC D: Comer para aprender (16%).

DSC: Muitas crianças vêm para a escola por causa do lanche, e se eles não se alimentam não conseguem estudar. Então, eu faço a alimentação porque se as crianças não se alimentam direito elas não vão prestar atenção na aula. Uma escola sem merendeira não é escola, se não tiver comida para as crianças a escola não vai para a frente!

Evidenciou-se a partir desses discursos que é limitada a percepção das entrevistadas quanto à importância do seu papel no cenário escolar, pois se reservam à condição de *fazedoras* da merenda, o que parece condizer com a percepção dos demais atores do coletivo escolar. Todavia, embora algumas merendeiras reduzam seu papel ao fazer que tem um fim em si mesmo (IC C), há outras que demonstram percepções ampliadas, em diferentes níveis, do próprio trabalho.

Assim, enquanto algumas merendeiras conferem à sua função na escola, principalmente, um caráter de afetividade que cabe a quem detém o papel de provedora (IC A), outras percebem sua importância depositada no atendimento à fome dos alunos como necessidade fisiológica básica (IC B), e

outras ainda consideram seu trabalho na relação com o aprendizado dos alunos (IC D). Entretanto, em nenhum momento aparece nas falas qualquer relação entre o alimento ou o ato em si de comer com alguma possibilidade de aprendizado.

Apesar disso, as merendeiras conhecem cada um dos alunos, sabem como eles se comportam no grupo, o que comem e o que rejeitam, se é necessário dar-lhes mais atenção para que se alimentem, insistir para que consumam determinados alimentos, ou, ao contrário, se é necessário freá-los na repetição da refeição, e ainda podem orientar sobre o uso dos talheres, o comportamento à mesa e o desperdício de alimentos³. Ao desenvolver essas atividades, as merendeiras estão estimulando o comportamento social das crianças, contribuindo para a formação de hábitos alimentares e assegurando, em parte, o atendimento de suas necessidades nutricionais, o que as torna responsáveis pela saúde dos alunos¹².

Nessa lógica é que se considera relevante o potencial das merendeiras para a educação em saúde, parecendo sua concretização estar profundamente comprometida pela condição de invisibilidade em que estas trabalhadoras se encontram. A própria fala, inserida no discurso ligado à IC A, sobre a escola ser *a segunda casa, se eu não estiver na escola o lanche não vai ser preparado como deve ser*, sugere uma tentativa de resistência das merendeiras à desvalorização do seu trabalho.

Prosseguindo na busca por elementos que apontassem para a percepção de uma função educadora, perguntou-se a essas trabalhadoras que outras atividades elas poderiam ou gostariam de realizar na escola. Aqui também foram extraídas quatro ideias centrais das falas:

IC A: Sobrecarga com a atividade atual (36%).

DSC: Não tenho nenhum interesse; conseguindo realizar a minha função já está de bom tamanho, não resolve fazer várias coisas e não fazer direito. Além disso, não dá tempo, porque fazer o lanche já ocupa boa parte do tempo. Já estou cansada de trabalhar na cozinha... Acho que nem daria conta de mais tarefas, pois o trabalho é demais. Bom, mesmo, seria trabalhar só com as refeições ou só com a limpeza, não as duas funções junto. Fora isso, não me imagino fazendo outra coisa.

IC B: Valor fora da cozinha (32%).

DSC: Eu teria que ter mais estudo para desenvolver alguma atividade na secretaria, ou na biblioteca, ou como professora. Eu gostaria mesmo era de terminar o curso de enfermagem, mas hoje só se fosse para trabalhar na limpeza, porque não tenho estudo para outra coisa.

IC C: Satisfação com o que faz e expectativa de fazer melhor (28%).

DSC: Gosto do que faço, procuro saber se as crianças comeram. Se não comeram, procuro saber o porquê para estar melhorando as preparações. Gosto de cozinhar. Gostaria de ter mais tempo para poder variar as preparações.

IC D: Expectativa de integração (4%).

DSC: Gostaria de acompanhar os alunos e professores nas viagens e atividades fora da sala de aula.

Os discursos deixam claro que as entrevistadas não demonstram qualquer perspectiva ou, mesmo, interesse em outras possibilidades de atuação, até porque, no seu imaginário, seriam mais *fazeres*, aumentando a sobrecarga de trabalho já referida.

Com relação a essa questão, é importante mencionar que o trabalho da merendeira, na trajetória histórica do PNAE, sofreu transformações importantes, passando da preparação de um lanche (daí decorrendo a denominação de merenda escolar) para a de refeições cada vez mais complexas e completas³, na medida em que os parâmetros nutricionais do programa foram revistos e atualizados. Esse fato confirma a sobrecarga de trabalho relatada pelas merendeiras constantemente ao longo das entrevistas.

Prosseguindo na análise dos discursos, fica evidente a desvalorização conferida, inclusive por elas próprias, ao seu trabalho, sendo percebido valor na atividade de professora, ou na de bibliotecária, por exemplo, que *têm mais estudo*. Isto é, o valor está colocado no outro, sempre fora da cozinha, e as merendeiras não percebem, invisíveis que estão até para si mesmas, outras atribuições gratificantes e não operacionais dentro da sua atual função para além do preparo da alimentação, atribuições estas que, certamente, contribuiriam em muito para o processo de desenvolvimento do aluno e para a valorização do trabalho da merendeira no âmbito da escola.

Apenas uma pequena parcela das entrevistadas demonstra satisfação com o próprio trabalho e expectativa de fazê-lo

melhor, embora também esse grupo relate sobrecarga e falta de tempo para isso. Convém destacar, ainda, a fala de uma merendeira que manifestou expectativa de integrar-se às atividades da escola desenvolvidas fora da sala de aula, como as viagens. Esse discurso tanto pode carregar um sentido de disposição real para a integração quanto pode refletir a escassez de oportunidades de lazer no âmbito da vida pessoal, uma vez que essas mulheres sinalizaram, neste estudo, que a igreja representa a sua principal opção de lazer.

Enfim, emerge muito nítida do conjunto de discursos a condição de desvalorização dessas trabalhadoras, cujo trabalho, apesar de aparentemente simples, se reveste de profunda complexidade, pela riqueza social de que está carregado³. No bojo dessa reflexão, é fundamental considerar que o trabalho da merendeira tem estado, historicamente, situado na área da saúde, uma vez que é sua atribuição preparar e distribuir refeições de qualidade higiênica e nutricional, visando à promoção da saúde de escolares através de suplementação alimentar¹². Porém, a despeito disso, assume-se neste trabalho que são necessários esforços para recolocá-la em outra dimensão: a da educação. Nesse sentido, na perspectiva tecnicista que está dada, a merenderia fica limitada à rotina da produção de refeições, reduzindo-se à preocupação com o sujeito que consome o alimento e, conseqüentemente, a prática se torna pouco educativa em essência.

Os achados do presente estudo sugerem que as merendeiras, que deveriam transitar na interface saúde-educação, estão, de fato, abandonadas, não sendo percebidas como pertencentes a nenhuma dessas áreas pelas equipes de profissionais de cada uma delas. Contudo, Bloter¹⁵ destaca que, na escola, as atividades que não têm cunho explicitamente educativo, como as de limpeza, merenda e serviços gerais, não são mesmo valorizadas, mas salienta que o trabalho da merendeira envolve atitudes e modos que podem influenciar a educação dos alunos de forma positiva ou negativa, daí a sua importância educativa. Nesse contexto, a valorização do trabalho das merendeiras permite o reconhecimento de sua corresponsabilidade na promoção da saúde das crianças¹⁶.

Reitera-se, portanto, a necessidade de formar uma trabalhadora mais crítica, o que não vai ser alcançado por meio de meras mudanças no conteúdo dos cursos de capacitação, mas pelo desenvolvimento de sua autonomia como sujeito consciente e

competente para desempenhar o seu papel como cidadã no ambiente da escola¹², de forma integrada aos demais atores da comunidade escolar e, conforme afirmou L'Abbate¹⁷, desde que adquiram a postura de educadoras.

Assim, na perspectiva de que o projeto pedagógico da escola apenas se concretiza a partir do trabalho coletivo¹⁸, faz-se urgente a superação dos entraves que estão colocados à integração dos profissionais docentes e não docentes na escola para a democratização da gestão escolar e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade geral da escola pública¹³.

Na mesma direção, é premente aproximar a escola dos serviços de saúde de seu entorno, de forma a materializar a interface saúde-educação, espaço para o qual políticas de formação das merendeiras precisam ser construídas e implementadas, convertidas em ações concretas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo indicam que o potencial das merendeiras para a educação em saúde permanece inexplorado e que elas não chegam sequer a perceber essa possibilidade. A julgar pelo espaço de participação que lhes é aberto na escola, os demais atores da comunidade escolar também não reconhecem esse potencial.

Algumas condições observadas na realidade da escola representam entraves à possibilidade de as merendeiras assumirem um papel de educadoras em saúde, como a sua baixa escolaridade, a desvalorização e a sobrecarga de trabalho, o desgaste físico decorrente e o tipo de capacitação que recebem.

Por outro lado, alguns fatores surgem como potencialidades, favorecedores da qualificação dessas trabalhadoras para a educação em saúde. Dentre estes, se destacam o sentimento de gostar do próprio trabalho, o vínculo afetivo que desenvolvem com os alunos, a consciência que têm sobre a importância da alimentação, mesmo que no nível fisiológico apenas, e o desejo manifesto de maior participação e integração na escola. Além disso, as merendeiras, ao residirem na comunidade de entorno, podem vir a se desenvolver como agentes de saúde da comunidade escolar, sendo premente, para tanto, que as políticas públicas de educação e saúde confirmem visibilidade a essas trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

1. Costa EQ, Ribeiro VMB, Ribeiro ECO. Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. *Rev Nutr* 2001;14(3):225-9.
2. Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação: em cena, os funcionários da escola. Brasília (DF): Ministério da Educação e Cultura; 2004.
3. Nunes BO. O sentido do trabalho para merendeiras e serventes em situação de readaptação nas escolas públicas do Rio de Janeiro [dissertação]. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de saúde pública; 2000.
4. Mesquita RG. Perfil epidemiológico das trabalhadoras de uma agroindústria do Sul do Brasil [dissertação]. Joaçaba: Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC; 2005.
5. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 4.ed. São Paulo: Hucitec; 1996.
6. Lefèvre F, Lefèvre AMC. Depoimentos e discursos: uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília: Liber Livro Editora; 2005.
7. Monlevade JAC. Técnico em alimentação escolar: um novo profissional para a educação básica. In: Brasil. Em aberto – Merenda Escolar. Brasília (DF): Ministério da Educação e do Desporto; 1995. p.124-8.
8. Ferraz L, Aerts DRGC. O cotidiano de trabalho do agente comunitário de saúde no PSF em Porto Alegre. *Cienc saude coletiva* 2005;10(2):347-55.
9. Nunes MO, Trad LB, Almeida BA, Homem CR, Melo MCIC. O agente comunitário de saúde: construção da identidade desse personagem híbrido e polifônico. *Cad Saude Publica* 2002;18(6):1639-46.
10. Pupin VM, Cardoso CL. Agentes Comunitários de Saúde e os sentidos de "ser agente". *Est psicol (Natal)* 2008;13(2):157-63.
11. Carvalho AT, Muniz VM, Gomes JF, Samico I. Programa de alimentação escolar no município de João Pessoa – PB, Brasil: as merendeiras em foco. *Interface (Botucatu)* 2008;12(27):823-34.
12. Costa EQ, Lima ES, Ribeiro VMB. O treinamento de merendeiras: análise do material instrucional do Instituto Annes Dias – Rio de Janeiro (1956 – 94). *Hist cienc saúde – Manguinhos* 2002;9(3):535-60.
13. Trojan RM, Tavares TM. O funcionário escolar como educador: formação dos trabalhadores em educação da rede estadual de ensino. *Extensio: R Eletr de Extensão* 2007;4(5):1-15.
14. Ferreira VSC et al. Processo de trabalho do agente comunitário de saúde e a reestruturação produtiva. *Cad Saúde Pública* 2009;25(4):898-906.
15. Bloter AH. Educação, multiculturalismo e ética. *Anais do 5 Colóquio Internacional Paulo Freire*; 2005; Recife.
16. Brasil. Ministério da Saúde. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Relatório da Oficina de Estratégias para Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2006.
17. L'Abbate S. Educação em saúde: uma nova abordagem. *Cad Saúde Pública* 1994;10(4):481-490.
18. Vasconcellos CS. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 7.ed. São Paulo: Libertad; 2006.

Recebido em 5/10/2009.

Aceito em 16/04/2010.